

# Carta aberta ao presidente Davi Alcolumbre pela votação do Redata

*Pela aprovação do PL 278/2026 pelo Senado Federal nesta semana*

As Frentes Parlamentares e as entidades representativas do setor produtivo reiteram seu apoio à **deliberação e aprovação urgente do Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (REDATA) pelo Congresso Nacional** como medida essencial em prol de um ambiente regulatório seguro e competitivo, capaz de destravar investimentos bilionários em projetos estruturantes que impulsionarão o desenvolvimento econômico, tecnológico e estratégico do Brasil.

Diante da perspectiva de realização de uma reunião de líderes no Senado Federal para definição da pauta legislativa, dirigimos respeitosamente **um apelo especial ao Excelentíssimo Senhor Presidente, Senador Davi Alcolumbre, para que lidere o processo de aprovação do REDATA e inclua o PL 278/2026 na pauta de deliberações do Plenário desta semana.**

A crescente demanda por processamento de dados e aplicações de inteligência artificial tornou os data centers ativos estratégicos para o desenvolvimento das nações. Em 2025, **os investimentos globais em novos data centers superaram US\$ 270 bilhões**, tornando o setor o maior destino de investimentos no mundo. Esses empreendimentos geram **empregos qualificados, investimentos no setor elétrico, desenvolvimento de fornecedores, qualificação de mão de obra, inovação e transbordamento tecnológico para diversos setores da economia.**

No entanto, a consolidação desse potencial depende de um **ambiente regulatório moderno, seguro e competitivo**. Nesse contexto, **a aprovação do PL 278/2026 pelo Senado Federal** é instrumento central para posicionar o Brasil como hub global de infraestrutura digital ao estabelecer condições competitivas para atração de investimentos, com mecanismos já constantes na Reforma Tributária e alinhados às melhores práticas internacionais. Também é **essencial a aprovação do PLP 74/2026**, que endereça os aspectos jurídico-orçamentários decorrentes da caducidade da MP 1318/2025, primeiro pela Câmara dos Deputados e, posteriormente, pelo Senado.

Para garantir a viabilidade dos investimentos, é igualmente fundamental assegurar **energia firme, contínua e confiável**, condição indispensável à operação de data centers, que demandam fornecimento ininterrupto. Por isso, defendemos o aprimoramento do texto legislativo para **contemplar fontes de energia de baixa emissão de carbono não sujeitas à intermitência**, reduzindo riscos operacionais e ampliando a segurança dos investidores.

**O encaminhamento da matéria na reunião de líderes e no Plenário do Senado já nesta semana** representa oportunidade decisiva para que o Senado sinalize ao país e ao mundo o compromisso do Brasil com a economia digital, a atração de investimentos e a construção de infraestrutura tecnológica compatível com os desafios do século XXI.

# O momento de decidir é agora!

Pela aprovação do REDATA e pelo futuro digital do Brasil.

## FRENTES PARLAMENTARES

### COALIZÃO DAS **FRENTES** PRODUTIVAS



1. Dep. Júlio Lopes - Frente Parlamentar Mista pelo Brasil Competitivo (FPBC)
2. Dep. Júlio Lopes - Frente Parlamentar Mista de Tecnologia e Atividades Nucleares (FPN)
3. Dep. Mendonça Filho - Frente Parlamentar Mista do Ambiente de Negócios (FPN)
4. Dep. Renata Abreu - Frente Parlamentar Mista de Dados Abertos e Governo Digital (FP Dados e GovTech)
5. Dep. Joaquim Passarinho - Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo (FPE)
6. Dep. Marangoni - Frente Parlamentar Mista de Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (FPHDUS)
7. Dep. Vitor Lippi - Frente Parlamentar Mista da Indústria de Máquinas e Equipamentos (FPMaq)
8. Sen. Wellington Fagundes - Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (Frenlogi)
9. Dep. Jorge Goetten - Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa (FPMPE)
10. Dep. Zé Silva - Frente Parlamentar Mista da Mineração Sustentável (FPMIN)
11. Sen. Esperidião Amin - Frente Parlamentar de Apoio à Segurança e à Defesa Cibernética (FRENCYBER)
12. Dep. Juscelino Filho - Frente Parlamentar Mista de Telecomunicações e Soluções Digitais.

## ENTIDADES



1. Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB)
2. Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE)
3. Associação Brasileira de Energia Nuclear (ABEN)
4. Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA)
5. Associação Brasileira de Tecnologia para o Comércio e Serviços (AFRAC)
6. Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES)
7. Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGÁS)
8. Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (ABRAGET)
9. Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo (Abpip)
10. Associação da Indústria de Cogeração de Energia (COGEN)
11. Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais do Brasil (Brasscom)
12. Associação de Empresas de Desenvolvimento Tecnológico Nacional e Inovação (P&D BRASIL)
13. Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto (ATGás)
14. Associação de Infraestrutura Digital (DIG.IA)
15. Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace Energia)
16. Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine)
17. Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia Elétrica (ABIAPE)
18. Associação NEO
19. Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil)
20. Confederação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (ASSESPRO)
21. Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL)
22. Conselho Digital (CD)
23. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan)
24. Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS)
25. Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP)
26. Instituto Brasil Logística (IBL)
27. Instituto Brasileiro de Defesa Cibernética
28. Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP)
29. Instituto Brasileiro de Telecomunicações e Soluções Digitais (IBTD)
30. Instituto Brasileiro de Transição Energética (INTÉ)
31. Instituto das Cidades (IDC)
32. Instituto Livre Mercado (ILM)
33. Movimento Brasil Competitivo (MBC)
34. Sindicato das Empresas de Internet do Estado de São Paulo (Seinesp)
35. Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Conexis)